

# Oferta de frutas e hortaliças da agricultura familiar na alimentação escolar

## Supply of fruits and vegetables family farming in the school feeding

### RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) vincula-se à agricultura familiar por Lei que determina que no mínimo 30,0% dos recursos financeiros repassados para os municípios pelo Governo Federal devam ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente deste segmento. O objetivo deste estudo foi avaliar a inserção de frutas e hortaliças provenientes da agricultura familiar na produção de refeições para a alimentação escolar, em municípios da Região Administrativa de Registro, SP. Foram realizadas entrevistas com nutricionistas do PNAE e o conteúdo foi analisado segundo a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo. Dos 14 municípios da região, 11 compuseram a amostra deste estudo. Frutas e hortaliças *in natura* foram os alimentos mais adquiridos da agricultura familiar no ano de 2012. A oferta de alimentos, a falta de documentação e de preparo dos agricultores para a produção e a logística de distribuição foram entraves encontrados. O vínculo da agricultura familiar com o PNAE apresenta dificuldades para os municípios, entretanto há benefícios para todos os atores envolvidos na gestão do PNAE, com a maior oferta de frutas e hortaliças da própria região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Pública; Alimentação Escolar; Agricultura Familiar; Frutas e Hortaliças

### ABSTRACT

The Brazilian National School Feeding Program (PNAE) is associated to family farming by law. that determines at least 30.0% of the funds transferred to municipalities by the federal government must be used for the acquisition of food products directly from this segment. This study aimed to evaluate the inclusion of fruit and vegetables from the family farm to produce food for school feeding in municipalities in the Administrative Region of Registro, SP. Interviews were conducted with nutritionists of the PNAE and the content was analyzed according to the technique of Collective Subject Discourse. Eleven out of fourteen municipalities in the region composed the study sample. Fruits and vegetables *in natura* were the most purchased food from Family Farming in 2012. The supply of food, lack of documentation and preparation of farmers for production and distribution logistics of these foods were barriers found in the study. The bond of family farming with PNAE presents difficulties for the municipalities, but there are benefits to all stakeholders involved in the management of the PNAE, with a greater supply of fruits and vegetables from the region.

**KEYWORDS:** Public Policy; School Feeding; Family Farming; Fruits. Vegetables

**Bruna Barone<sup>I,\*</sup>**

**Rosana Maria Nogueira<sup>II</sup>**

**Thiara Teixeira de Barros<sup>III</sup>**

**Tatiane Godoy Ribeiro<sup>I</sup>**

**Kátia Regina Leoni Silva Lima  
de Queiroz Guimarães<sup>I</sup>**

**Jorge Herman Behrens<sup>I</sup>**

**Nilo Sérgio Sabbião Rodrigues<sup>I</sup>**

<sup>I</sup> Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, Brasil

<sup>II</sup> Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal da Saúde (SMS-SP), Campinas, SP, Brasil

<sup>III</sup> Secretaria da Saúde do Município de Valinhos, SP, Brasil

\* E-mail: brunabarone@hotmail.com



## INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o segundo maior Programa de Alimentação do mundo e o mais antigo do Brasil atendendo a 47 milhões de escolares, ficando em segundo lugar em relação a Índia, e à frente dos Estados Unidos e China<sup>1</sup>.

Durante sua evolução histórica, desde 1955, o programa ganhou maior dimensão e atualmente o PNAE articula-se com outras políticas públicas nas áreas de saúde, educação, desenvolvimento social e rural, ou seja, ações intersetoriais. Ressalta-se que com a implementação das políticas de combate à pobreza no Brasil, a intersectorialidade destaca-se nos debates sobre gestão de políticas públicas<sup>2</sup>.

Dentre as ações de intersectorialidade, destaca-se a Portaria Interministerial n° 1.010/2006, de 8 de maio de 2006, elaborada pelos ministérios da Saúde e da Educação, instituindo diretrizes que priorizam os hábitos alimentares regionais e a vocação agrícola do município, por meio do fomento ao desenvolvimento da economia local<sup>3</sup>. Além disto, marcos legais sobre a alimentação escolar no Brasil consolidam o vínculo do PNAE com a agricultura familiar, como a Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009<sup>4</sup>, e a Resolução CD/FNDE n° 26, de 17 de junho de 2013<sup>5</sup>. Esta legislação também determina que a responsabilidade técnica pela alimentação escolar nos estados, no Distrito Federal, nos municípios e nas escolas federais cabe ao nutricionista responsável desempenhar as atribuições que deve basear-se nas legislações pertinentes<sup>4</sup>.

Por determinação legal, no mínimo 30,0% dos recursos financeiros repassados pelo Governo Federal devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente, da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural<sup>4,5</sup>.

Deste modo, a agricultura familiar tornou-se estratégia na promoção da segurança alimentar e nutricional, tendo em vista a consonância entre as necessidades das aquisições do PNAE e a da fixação do homem no campo. Enfatiza-se também o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivo aos hábitos alimentares regionais, bem como à diversificação agrícola<sup>5</sup>.

Outro aspecto importante é a complexidade da operacionalização do PNAE com agricultura familiar, visto o envolvimento de diversos setores do governo e da sociedade, nos âmbitos municipal, estadual e federal. Para que esta operacionalização ocorra de forma adequada, são necessárias condições favoráveis nas diversas esferas que estão envolvidas, tanto com a alimentação escolar como a agricultura familiar<sup>6</sup>.

Dentre os gêneros provenientes da agricultura familiar, estão as frutas e as hortaliças fundamentais para alimentação das crianças e adolescentes, por estarem em desenvolvimento dos hábitos alimentares<sup>3</sup>. Cabe ressaltar que o crescimento da agricultura familiar no Brasil tem sido sendo responsável por 70,0% dos alimentos consumidos internamente, ao contrário da agroindústria e dos grandes agricultores que priorizam a exportação<sup>7</sup>.

O debate sobre a importância da agricultura familiar no desenvolvimento do Brasil vem ganhando força, impulsionado pelo desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento local e a geração de emprego e renda. Outra contribuição importante foi o grande número de agricultores assentados pela reforma agrária, a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que inicialmente complementava o PNAE em alguns municípios, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que financia projetos para os agricultores familiares<sup>8</sup>.

Assim, esse estudo tem como objetivo identificar as percepções dos nutricionistas do programa de alimentação escolar, em relação à introdução das frutas e hortaliças provenientes da agricultura familiar, além de caracterizar o vínculo deste segmento com a alimentação escolar.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de corte transversal, de caráter descritivo e exploratório e abordagem quali-quantitativa. Foram realizadas visitas técnicas em 11 municípios dos 14 da Região Administrativa de Registro, estado de São Paulo, entre os meses de maio e agosto de 2013. Os sujeitos do estudo foram os nutricionistas - responsáveis técnicos pelo programa de alimentação escolar.

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (n° do parecer 13766513.9.0000.5404) e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Foram desenvolvidos e aplicados dois Instrumentos de Coleta de Dados estruturados e dois roteiros de entrevista semiestruturados com perguntas abertas. O Instrumento I constituiu-se de questionário para levantamento de dados preliminares, por meio de entrevista telefônica com os nutricionistas, referentes à gestão, compra de gêneros alimentícios, procedimento de compra e tipos de gêneros adquiridos da agricultura familiar. O Instrumento II constituiu-se de questionário para obtenção de informações junto aos nutricionistas, por meio de visita técnica, para a caracterização dos municípios em relação à agricultura familiar, principalmente sobre a aquisição, política de compra, frequência no cardápio, sazonalidade de frutas e hortaliças deste segmento e de outros fornecedores no cardápio da alimentação escolar.

Também foram realizadas entrevistas com os nutricionistas, aplicando um roteiro de entrevistas com questões abertas (Quadro). Os discursos foram gravados, transcritos por profissionais especializados e posteriormente conferidos sistematicamente pelo pesquisador.

A análise dos dados qualitativos baseou-se no método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) que permite expressar, de forma empírica, a opinião, o pensamento ou o conhecimento compartilhado por uma sociedade<sup>9,10</sup>.



Quadro. Roteiro de entrevista para os nutricionistas.

Roteiro de Entrevista
- Como procede a Agricultura Familiar na Alimentação Escolar no seu município? - Comente pontos positivos e negativos.
- Com a introdução de frutas e hortaliças da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar, o(a) senhor(a) observou aumento do consumo desses alimentos pelos escolares?
- O que a introdução da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar agregou às refeições servidas para os escolares? - Comente pontos positivos e negativos.

O método utiliza estratégias para descrever o sentido dos discursos, como alguns operadores ou figuras metodológicas, baseado em Lefevre e Lefevre<sup>9,10</sup>, que são:

- **Expressões-chave:** trechos ou segmentos, contínuos ou descontínuos do discurso, que devem ser selecionados pelo pesquisador e revelam a essência do conteúdo do depoimento (representações sociais);
- **Ideias centrais:** nomes ou expressões linguísticas que revelam e descrevem, de modo mais sintético e preciso possível, o sentido ou os sentidos das expressões-chave de cada um dos discursos analisados;
- **Ancoragens:** expressão ou ideologia de uma dada teoria, ou crença que o autor do discurso professa e que está embutido no depoimento como se fosse uma afirmação qualquer.

Os atributos quantitativos do DSC são a Intensidade/Força e a Amplitude:

- **Intensidade/Força:** refere-se ao número ou percentual de entrevistados que contribuíram com suas ideias centrais ou ancoragens;
- **Amplitude:** refere-se à presença de uma ideia ou Representação Social em diferentes grupos de respondentes.

Como estratégia para minimizar o viés da interpretação do pesquisador, a análise do conteúdo das entrevistas foi realizada por mais dois colaboradores do grupo de pesquisa, seguindo a técnica proposta por Flick<sup>11</sup>.

Os pesquisadores selecionavam as figuras metodológicas (expressões-chaves, ideias centrais e ancoragens) durante as leituras individuais. Posteriormente, foram realizadas reuniões dos pesquisadores para definir, por consenso, as figuras metodológicas de cada entrevista. Em seguida, realizou-se a categorização das ideias centrais, ou seja, o agrupamento das ideias centrais ou ancoragens que apresentaram sentido semelhante. As expressões-chave de cada ideia central foram compiladas para a construção do DSC, na primeira pessoa do singular, de modo a representar um único nutricionista falando, visando demonstrar, ao mesmo tempo, expressões dos indivíduos e das coletividades<sup>9,10</sup>.

A análise de dados e construção dos DSC foram realizados com o auxílio do software Qualiquantisoft<sup>12</sup> e os dados quantitativos dos Instrumentos I e II foram analisados por estatística descritiva.

## RESULTADOS

Dos 14 municípios da Região Administrativa de Registro, 13 nutricionistas responsáveis técnicos pelo PNAE responderam à entrevista telefônica. Todos faziam a gestão dos recursos do Governo Federal e compravam gêneros da agricultura familiar por chamada pública, com dispensa de licitação. Dentre as aquisições da agricultura familiar para a alimentação escolar, destacaram-se frutas (100,0%), verduras e legumes (92,0%) e tubérculos (77,0%), além de outros produtos, porém em menor quantidade, como suco ou polpa de frutas, doces, produtos de panificação, mel, peixes e grãos.

Dos 14 municípios contatados, realizou-se visita técnica em 11. Quatro dos municípios iniciaram as compras de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar em 2009; três em 2010 e em 2011; e um em 2012. A maioria (n = 6) dos municípios não havia cumprido a legislação até o momento da pesquisa (2012). Sendo que os principais motivos para o não cumprimento da legislação foram a pouca variedade de produtos (28,6%) e a distribuição dos alimentos (21,4%).

Dos pontos positivos da introdução da agricultura familiar na percepção dos nutricionistas da alimentação escolar (Tabela 1), identificaram-se sete ideias centrais, sendo *Qualidade* (46,6%) a mais fortemente compartilhada pelo grupo, em seguida, destacaram-se *Variedade* (13,3%) e *Origem do produto* (13,3%).

No discurso da categoria *Qualidade*, encontrou-se a expressão *É muito mais natural!*, evidenciando uma ancoragem.

Dentre os pontos negativos (Tabela 2), destacaram-se as ideias centrais, *Pouca oferta* (35,3%) e *Logística de distribuição* (17,7%). Ressalta-se que esses resultados são semelhantes aos levantados na etapa quantitativa (Instrumento II).

Com relação ao PAA, três municípios recebiam alimentos deste programa. A maioria (n = 10) dos municípios realizou as compras por meio de organizações (cooperativas e associações). Nenhum município adquiriu de assentamentos de reforma agrária e/ou comunidades indígenas.

Verificou-se que a maioria dos municípios adquiriu frutas (n = 8), verduras (n = 7), legumes (n = 7) e tubérculos (n = 8) tanto da agricultura familiar como de outros fornecedores. Com relação aos principais alimentos adquiridos da agricultura familiar foram as frutas: banana (n = 10) e laranja (n = 6); as verduras: couve (n = 9), repolho (n = 9) e alface (n = 8); os legumes: abobrinha (n = 10) e chuchu (n = 10); e os tubérculos/raízes: mandioca (n = 10), cenoura e beterraba (n = 9) (Figura 1).



Tabela 1. Ideias centrais, frequência e DSC de nutricionistas do PNAE, nos municípios da Região Administrativa de Registro, SP.

Ideia central	Frequência (%)	“Pontos positivos da agricultura familiar na alimentação escolar no seu município?”
Qualidade	46,6	<i>A gente tem pouca queixa com relação à qualidade... Porque é muito mais gostoso, muito mais saudável um produto que é feito no próprio local. Recebe a alface fresquinho, chega aqui fresquinho, sabe? Dá vontade de comer de tão lindo que é... Até agora do que recebi, os produtos são de boa qualidade. A qualidade da agricultura familiar é muito maior. Portanto, produtos só vieram enriquecer a alimentação escolar.</i>
Variedade	13,3	<i>Tinha muita diversidade de legumes, verduras e frutas. Então era muito bom! O diferencial daqui é que a gente tem o caqui, tem a produção de goiaba, então para as escolas isso é interessante que a gente compra direto da agricultura familiar.</i>
Origem do produto	13,3	<i>Você sabe a origem do produto... Assim, estimulava as crianças, mesmo porque querendo ou não eles sabiam que era da agricultura.</i>
Praticidade	6,7	<i>Praticidade.</i>
Organização	6,7	<i>Acho que está organizado...</i>
Melhora a renda familiar	6,7	<i>Tem bastante família que não tem nada e é um dinheirinho que já ajuda...</i>
Supre as necessidades dos alunos	6,7	<i>Aquele produto que a gente tem certeza que é perfeito para o consumo, e que está gerando, está fazendo eles crescerem, que é o objetivo da gente, a gente quer mesmo que eles cresçam.</i>

DSC: Discurso do Sujeito Coletivo; PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar; Ancoragem - qualidade (IC): É muito mais natural!

Tabela 2. Ideias centrais, frequência e DSC de nutricionistas do PNAE, nos municípios da Região Administrativa de Registro, SP.

Ideia central	Frequência (%)	“Pontos negativos da agricultura familiar na alimentação escolar no seu município?”
Pouca oferta	35,3	<i>A questão mesmo da variedade que não tem muitas coisas... Variedade era pequena mesmo até por conta da chuva... Comprei até uma quantidade muito grande desses itens que são, na verdade, até supérfluos, como o doce de banana. Assim, antes eles entregavam meio que os que eles tinham disponível no momento, então assim tem isso desse jeito ou você pega assim ou fica sem, então melhorou bastante. Então, às vezes vinha coisa em quantidade pequena, então para algumas escolas adiantava, mas para outras não. Os agricultores também não conseguem atender à demanda de folhosos com fidedignidade; eles até entregaram para mim, mas tem uma variação da quantidade. Também passo bastante nervoso em relação à entrega, às vezes assim coloca no cardápio, por exemplo, alface, aí não tem alface, eles não trazem alface porque não tem alface, mas não tem outra para substituir, então aquela parte fica sem. Enfim, agricultores ainda não estão preparados para fornecer dessa forma, a quantidade que a gente precisa e tudo.</i>
Logística de distribuição	17,7	<i>A questão da distribuição, a dificuldade é justamente esse transporte, da logística os agricultores falam que encontram alguma dificuldade. Os agricultores não tinham transporte a gente tinha que mandar um carro nosso da merenda. Então, o transporte sempre foi complicado.</i>
Baixa qualidade	11,8	<i>A dificuldade mesmo é na qualidade, no recebimento, devolução de mercadorias, porque não estão de acordo com padrão. Logo no final da safra, ele trouxe a banana já passando um pouco do ponto.</i>
Falta de comunicação e planejamento	11,8	<i>A questão de comunicação de não passarem, por exemplo, ah esse mês você pode usar tal e tal produto... Então, às vezes fica um pouco de dificuldade de organizar isso, de deixar mais planejado os pedidos do cardápio. Tem o fato de outro fornecedor não ter se organizado e acabou não fornecendo para a gente.</i>
Produto mais caro	5,9	<i>No ano de 2012, paguei um pouco mais caro, mas eu acho que é um pouco mais caro mas dentro do normal, não foi nada o dobro do preço.</i>
Dificuldades com as merendeiras	5,9	<i>A dificuldade foi com as merendeiras que, de início, elas achavam que era maior quantidade de coisas para processar, antes era muito mais fácil, então, a gente encontrou bastante dificuldade e resistência.</i>
Armazenamento inadequado	5,9	<i>A prefeitura que ia buscar no local. É muito longe e, quando chegava aqui, ficava embaixo dessa Brasília e era uma estufa mesmo e no outro dia já estava tudo estragado praticamente.</i>
Não vê pontos negativos	5,9	<i>Olha, acho que nós tivemos mais pontos positivos, de negativos nada...</i>

DSC: Discurso do Sujeito Coletivo; PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar.

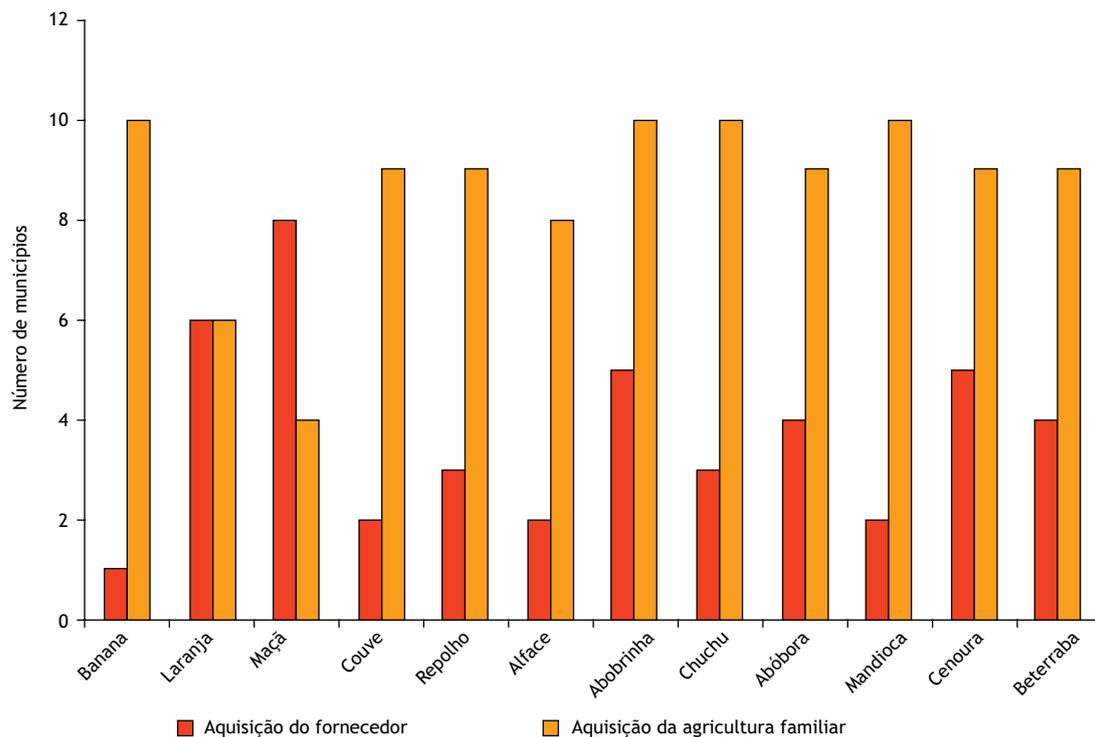
Com relação à frequência da presença de frutas e hortaliças no cardápio (Figura 2), seis municípios oferecem frutas e tubérculos de 2 a 3 vezes por semana, verduras são oferecidas mais de 4 vezes por semana pela maioria (n = 7) dos municípios. Cinco municípios oferecem legumes de 2 a 3 vezes e outros cinco mais de 4 vezes por semana. A maioria (n = 6) dos municípios referiu não existir a programação da sazonalidade de frutas e hortaliças para o planejamento dos cardápios.

Ao indagar os nutricionistas sobre “Com a introdução das frutas e hortaliças da agricultura familiar na alimentação escolar o(a)

senhor(a) observou o aumento do consumo desses alimentos pelos escolares?”, revelaram-se três ideias centrais nos discursos: *Aumentou o consumo de frutas e hortaliças (72,7%), Hábito já estabelecido (18,2%), Não acompanhou a introdução (9,1%).*

Em relação à ideia central, *Aumentou o consumo de frutas e hortaliças*, o DSC apresentado foi:

*Sim, até porque tinha uma quantidade bem menor de frutas e hortaliças na alimentação escolar antes da agricultura familiar. A oferta foi maior, começamos a ofertar uma quantidade maior,*



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 1. Aquisição de frutas de fornecedores e/ou da agricultura familiar para alimentação escolar, nos municípios da Região Administrativa de Registro, SP.

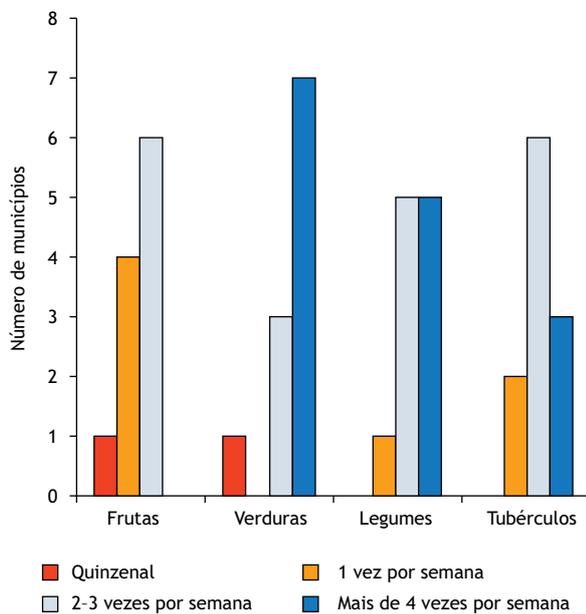


Figura 2. Frequência da introdução de frutas e hortaliças no cardápio da alimentação escolar, nos municípios da Região Administrativa de Registro-SP

tanto de verduras, legumes e frutas... É que antes não tinha muito... Além da qualidade que é muito maior, acredito que as crianças estejam consumindo mais. Mas de modo geral aumentou.

Dentre os pontos positivos da questão “O que a introdução da agricultura familiar na alimentação escolar agregou nas

refeições dos escolares?”, destacaram-se as seguintes ideias centrais (Tabela 3): *Qualidade* (37,5%), *Promove o desenvolvimento local* (25,0%) e *Educação Nutricional* (18,8%).

Quanto à ideia central *Qualidade*, trechos do DSC se apresentaram por: *Tem a importância dos micronutrientes, das fibras que constam nas frutas, verduras e legumes, e principalmente do que é uma alimentação equilibrada e saudável, que é uma alimentação diversificada para as crianças. Ter mais variedade, comprar uns produtos diferentes, entendeu? Uma preparação diferentes... Além de o produto ser mais fresco, porque a produção é aqui mesmo, então eles acabam lá de colher e já trazem para a gente. Então, agricultura familiar veio enriquecer a alimentação...*

Com relação aos pontos negativos da questão “O que a introdução da agricultura familiar na alimentação escolar agregou nas refeições dos escolares?” (Tabela 4), observou-se três ideias centrais: *Pouca variedade, Sazonalidade e Resistência das merendeiras*, porém não houve diferença entre o grau de compartilhamento.

## DISCUSSÃO

O vínculo da agricultura familiar com o PNAE proporcionou maior aquisição de frutas e hortaliças e, conseqüentemente, maior consumo destes alimentos pelos escolares. Tal fato é um aspecto positivo frente à crescente prevalência de sobrepeso e obesidade na população brasileira (POF 2008-2009)<sup>13</sup> e cumprimento da obrigatoriedade da oferta de frutas e hortaliças que é umas das estratégias de uma alimentação saudável do PNAE<sup>5</sup>.



Tabela 3. Ideias centrais, frequência e DSC de nutricionistas do PNAE, nos municípios da Região Administrativa de Registro, SP.

Ideia central	Frequência (%)	“Pontos positivos - O que a introdução da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar agregou nas refeições dos escolares?”
Qualidade	37,5	<i>Tem a importância dos micronutrientes, das fibras que constam nas frutas, verduras e legumes, e principalmente do que é uma alimentação equilibrada e saudável que é uma alimentação diversificada para as crianças. Ter mais variedade, comprar uns produtos diferentes, entendeu? Uma preparação diferentes... Além de o produto ser mais fresco, porque a produção é aqui mesmo, então eles acabam lá de colher e já trazem para a gente. Então, agricultura familiar veio enriquecer a alimentação...</i>
Promove o desenvolvimento local	25	<i>Acho que é mais para desenvolvimento do local mesmo, para auxiliar os produtores da região, pois é uma fonte de renda da família, sendo que uma boa parte da fonte de renda é da agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos. Então, está ajudando os agricultores da nossa região financeiramente. Além de ser bom para o agricultor rural que consegue ter outras formas de trabalho... Enfim, acho que mais nesse sentido que a gente tem que pensar; e que beneficiou na verdade.</i>
Educação nutricional	18,8	<i>A introdução desses alimentos veio para contribuir para isso, pra o enriquecimento, para conscientização até dos pais. Porque, a criança não comia isso em casa e aí vinha o colega comendo aquilo que foi introduzido numa qualidade alta, qualidade muito boa ele acaba consumindo, e aí leva para casa. Então, educação nutricional é fazer com que os alunos entendam a importância desses produtos na alimentação deles, tenham essa consciência alimentar e passem para os pais.</i>
Vínculo entre a família e o consumo dos escolares	12,5	<i>As crianças estão consumindo o que os pais delas estão ofertando. Então, a criança está vendo que aquilo que é produzido na casa dele está sendo consumido na escola.</i>
Cumprir o cardápio com menor preço	6,3	<i>[...] E aí ao mesmo tempo a gente consegue com um preço menor cumprir nosso cardápio.</i>

DSC: Discurso do Sujeito Coletivo; PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Tabela 4. Ideia central, frequência e DSC de nutricionistas do PNAE, nos municípios da Região Administrativa de Registro, SP.

Ideia central	Frequência (%)	“Pontos negativos - O que a introdução da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar agregou nas refeições dos escolares?”
Pouca variedade	33,3	<i>É só esse negócio de não ter variedade, só. Poderia ter mais, até um estímulo para os agricultores plantarem coisas diferentes.</i>
Sazonalidade	33,3	<i>[...] É sazonalidade, choveu eles perdem tudo e aí a gente não tem o que oferecer para as escolas a não ser comprar no atacado.</i>
Resistência das merendeiras	33,3	<i>Foi só a dificuldade com as “meninas” [conscientização das cozinheiras].</i>

DSC: Discurso do Sujeito Coletivo; PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Alguns municípios tiveram dificuldades de cumprimento da lei nos primeiros anos após sua implementação (2009), sendo que os principais motivos foram falta de documentação (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - DAP, certificação sanitária ou nota fiscal) e falta de capacitação dos agricultores. Souza-Esquerdo e Bergamasco<sup>14</sup> identificaram problemas semelhantes como falta de documentação (DAP) e organização dos agricultores.

A maioria (n = 6) dos municípios não havia cumprido a legislação da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar até o momento da pesquisa (2012). Os principais motivos alegados para o não cumprimento da legislação foram pouca variedade de produtos (28,6%) e distribuição dos alimentos (21,4%). Isto pode estar relacionado com o tipo de produção local, visto que no ano de 2010 a bananicultura contribuiu com 80,0% do valor da produção agropecuária regional<sup>15</sup>. A distribuição descentralizada dos alimentos também foi considerada como um impasse em outros estudos, pois há um aumento do custo do produtor<sup>14</sup>.

Villar et al.<sup>6</sup> realizaram entrevistas com os responsáveis pela alimentação escolar dos 645 municípios do estado de São Paulo em relação à compra de produtos diretamente da agricultura familiar

e verificaram que aproximadamente 50,0% dos municípios estavam cumprindo a lei adquirindo os alimentos da agricultura familiar. O restante dos municípios não efetivou a compra por diferentes motivos como, não publicaram a chamada pública, não assinaram o contrato, não receberam os produtos ou não haviam realizado o pagamento aos produtores. Os autores sugeriram uma avaliação qualitativa para entender com mais profundidade os motivos do não cumprimento da legislação por estes municípios.

Com relação às ideias centrais referentes aos pontos positivos (Tabela 1) da introdução da agricultura familiar na alimentação escolar, destacaram-se: *Qualidade* (46,6%), *Variedade* (13,3%) e *Origem do Produto* (13,3%).

A categoria *Qualidade* está relacionada com a percepção global que cada indivíduo pode apresentar sobre determinado alimento/produto em relação às características intrínsecas e extrínsecas e, para isso, deve considerar a complexidade da definição de qualidade. Assim, os indivíduos podem apresentar diferentes visões sobre esse aspecto<sup>16,17</sup>.

No discurso desta categoria encontrou-se uma ancoragem: *“É muito mais natural!”*. O *“natural”* está associado como um



fator de qualidade, além da origem do produto que parece ser um fator de confiança. Dessa forma, desenvolve-se a relação de confiança baseada em conhecimento<sup>18</sup>.

Apesar da região ter poucas culturas de frutas e hortaliças, a *Variedade* foi levantada como um fator positivo por alguns nutricionistas, os agricultores apresentavam maior diversidade de culturas, isto ocorreu principalmente nas cidades de maior potencial financeiro.

Quanto à ideia central *Origem do produto*, a aquisição de alimentos da agricultura familiar vinculada ao PNAE trouxe uma valorização da produção local, além de promover aos produtos atributos associados à justiça social, equidade, cultura, tradição<sup>19</sup>.

Dentre os pontos negativos (Tabela 2), destacaram-se as ideias centrais *Pouca oferta* (35,3%) e *Logística de distribuição* (17,7%). A *Pouca oferta* está relacionada com dificuldades para a aquisição dos produtos da agricultura familiar, como a pouca variedade dos alimentos e a inconstância do fornecimento, além de problemas climáticos.

O planejamento de cardápios deve levar em consideração as características próprias dos alimentos, pois alguns produtos possuem o ciclo produtivo mais longo e outros mais sensíveis às alterações climáticas (sazonalidade), afetando o abastecimento. Concomitantemente, os agricultores familiares devem realizar um planejamento da produção, visando auxiliar no controle destas oscilações e garantir uma oferta estável de produtos<sup>20</sup>. Estes também podem buscar auxílio nos programas governamentais que estimulam e orientam sobre os processos de produção e as Boas Práticas de Fabricação, tais como os programas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), dentre outros.

Na ocorrência de problemas com a logística do agricultor, alguns municípios ficaram sem ofertar hortaliças para os escolares, principalmente para aqueles que estão adquirindo exclusivamente da agricultura familiar. Outras dificuldades para o não cumprimento integral do cardápio podem ser as relacionadas às questões financeiras ou aos trâmites burocráticos de licitação pública. Por fim, neste discurso destacou-se o trecho *“Agricultores ainda não estão preparados para fornecer, dessa forma, a quantidade que a gente precisa e tudo”*. Esta frase parece resumir a percepção dos nutricionistas, justificando o não cumprimento da lei em relação ao percentual estabelecido.

Com relação aos pontos negativos, a ideia central Logística de distribuição, destacou-se especificamente neste trecho *“O transporte sempre foi complicado”*. Cabe ressaltar que, segundo a lei, o órgão executor do programa de alimentação escolar deve adotar medidas que garantam a aquisição, o transporte, a estocagem e o preparo/manuseio de alimentos com adequadas condições higiênico-sanitárias até o seu consumo pelos alunos<sup>5</sup>.

Muitos alimentos produzidos pela agricultura familiar foram introduzidos na alimentação escolar, em municípios do estado de

São Paulo, por meio do PAA, antes da obrigatoriedade implementada pela Lei n° 11.947/2009<sup>4</sup>.

O PAA funcionou como uma etapa preparatória, tanto para os produtores quanto para os gestores públicos, responsáveis pelas compras. Para os agricultores, a experiência representou uma oportunidade de se estruturarem para atender a outros mercados, como o PNAE<sup>21</sup>. Entretanto, na Região Administrativa de Registro, a introdução de alimentos de agricultores familiares iniciou-se na maioria (n = 8) dos municípios apenas após a implementação da legislação do PNAE.

Este programa também foi responsável pela mobilização dos agricultores na organização em cooperativas, na qual observa-se que as compras governamentais (PAA e PNAE) são o principal mercado acessado por estas organizações<sup>22</sup>. Na região de Registro, a maioria (n = 10) dos municípios realizou as compras por meio de organizações, cooperativas e associações.

Com relação às verduras, legumes e tubérculos/raízes, houve aquisições de ampla variedade, sendo da agricultura familiar mais frequente do que de outros fornecedores (Figura 2). Quanto maior a compra de gêneros da agricultura familiar, maior é o incentivo ao desenvolvimento local, além de fornecer aos escolares alimentos regionais, o que pode favorecer a aceitação.

Neste contexto, ressalta-se a importância da intersetorialidade entre os vários órgãos públicos relacionados ao tema, como setor de agricultura, educação, fazenda, administração, entre outras, para o desenvolvimento local. Intersetorialidade esta que será fomentada a partir da implementação transversal da compra da agricultura familiar nas políticas públicas setoriais, por meio dos gestores públicos e Entidades Executoras (EEx).

A assessoria técnica para agricultores, adequação sanitária, gestão de empreendimentos, infraestrutura de logística e armazenagem, diagnóstico e interação com a realidade agrícola local/regional e, fundamentalmente, a criação de espaços ou fóruns participativos de debate e planejamento, envolvendo agricultores, gestores e escolas, são ainda desafios para a implementação da agricultura familiar vinculada ao PNAE<sup>20,22</sup>.

As frutas, os legumes, as verduras e tubérculos/raízes mais comprados da agricultura familiar foram: banana e laranja; couve, repolho e alface; abobrinha e chuchu; mandioca, cenoura e beterraba (Figura 1). Cabe ressaltar que banana foi a fruta mais adquirida, visto ser a cultura característica da região.

Estes e outros alimentos também foram adquiridos de outros fornecedores (Figura 1) por insegurança dos gestores quanto à logística (procedimentos para a aquisição, quantidade, variedade e distribuição); fato que se pode relacionar às dificuldades para o não cumprimento do percentual de uso dos recursos federais preconizados pela legislação e destinados à agricultura familiar para alimentação escolar. Além disto, a região de Registro sofre com chuvas abundantes, que muitas vezes afeta a produção dos pequenos agricultores, impossibilitando a entrega para alimentação, assim, a compra do varejo local torna-se uma garantia de ter os alimentos no cardápio dos escolares.



Com relação à frequência da introdução de frutas e hortaliças no cardápio da alimentação escolar, verificou-se que os municípios da região estão cumprindo com o estabelecido na legislação, que determina que deverão oferecer, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana (200 g/aluno/semana) nas refeições<sup>5</sup>.

Amorim et al.<sup>23</sup> analisaram o perfil dos alimentos das chamadas públicas de 99 municípios do estado de São Paulo e constataram que as hortaliças (50,0%) e as frutas (31,0%) foram os alimentos mais presentes nas chamadas públicas. Os autores também verificaram que, quanto maior o número de escolares no município, maior a aquisição de gêneros pertencentes aos grupos dos cereais, das leguminosas e do leite, em contrapartida, quanto menor o número de escolares, maior a compra de alimentos dos grupos das frutas.

Na questão sobre a introdução das frutas e hortaliças da agricultura familiar na alimentação dos escolares, destaca-se que a categoria *Aumentou o consumo de frutas e hortaliças* (72,7%) foi fortemente compartilhada pelos nutricionistas. Observou-se no discurso que o aumento do consumo dos alimentos pelos escolares foi consequência do aumento da oferta, e esta ocorreu devido ao vínculo da agricultura familiar na Alimentação Escolar. Estes resultados mostram que, apesar dos entraves encontrados pelos municípios, o vínculo trouxe resultados positivos para a região, visto que, com a introdução da agricultura familiar, conseguiu adquirir outros produtos além da banana, aumentando a variedade de frutas e hortaliças.

Neste contexto, observou-se que o vínculo também auxiliou no cumprimento da Portaria Interministerial nº 1.010/2006<sup>3</sup>, que instituiu as diretrizes para uma alimentação saudável nas escolas, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar. Dentre as ações, destacam-se aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras.

De acordo a Resolução CD/FNDE nº 26/2013<sup>5</sup>, os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista, com utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada. Além do fornecimento de três porções de frutas e hortaliças por semana.

Com relação à percepção dos nutricionistas ao que a agricultura familiar agregou nas refeições dos escolares, observou-se aspectos positivos nos DSC (Tabela 3) e destacam-se *Qualidade* (37,5%) e *Promove o desenvolvimento local* (25,0%).

A ideia central *Qualidade* está associada à qualidade nutricional, variedade e frescor dos alimentos advindos da agricultura familiar. Ressalta-se que, apesar dos resultados quantitativos terem identificado que alguns municípios pontuaram a baixa qualidade dos alimentos como um impasse para sua utilização, observou-se que os participantes levantaram aspectos positivos em relação à qualidade dos alimentos. Para Amorim et al.<sup>23</sup>,

a aquisição de alimentos da agricultura familiar contribui para a qualidade das refeições, promovendo uma maior oferta e variedade de alimentos frescos para os escolares.

A ideia central *Promove o desenvolvimento local* foi identificada como um dos aspectos positivos, categoria extremamente relevante, visto que o vínculo da agricultura familiar com PNAE estimula os pequenos agricultores a venderem seus alimentos para prefeituras e, conseqüentemente, aumenta a renda familiar e contribuem para o desenvolvimento local.

Quanto aos pontos negativos desta questão (Tabela 4), observou-se três categorias: *Pouca variedade* (33,3%), *Sazonalidade* (33,3%) e *Resistência das merendeiras* (33,3%).

*Pouca variedade* impasse que já foi levantado pelos municípios, como um dos principais fatores pelo não cumprimento dos 30,0% na etapa quantitativa. Como já foi discutido, este entrave parece estar relacionado com o tipo de cultura predominante na região, ou seja, a bananicultura. Assim, sugere-se o trabalho em conjunto de gestores, nutricionistas e engenheiro agrônomo para poder orientar e estimular os pequenos agricultores a plantar outras culturas.

A ideia central, *Sazonalidade* parece ser de difícil controle para alguns municípios, entretanto um planejamento adequado tanto do cardápio quanto da produção dos alimentos por parte dos agricultores, considerando a sazonalidade, pode auxiliar no controle destas oscilações e garantir uma oferta estável de produtos.

Para um melhor resultado, o planejamento deve levar em consideração as características próprias dos alimentos, pois alguns produtos possuem o ciclo produtivo mais longo e outros mais sensíveis às alterações climáticas (sazonalidade), afetando o abastecimento<sup>20</sup>.

A categoria *Resistência das merendeiras* foi um dos impasses encontrados por um município especificamente, pois os manipuladores estavam acostumados a receber produtos enlatados ou outros produtos de fácil preparo, então com a introdução dos alimentos da agricultura familiar o nutricionista precisou conscientizar os manipuladores sobre a importância daqueles alimentos.

Segundo o Relatório Mundial da Alimentação<sup>24</sup>, o vínculo entre a alimentação escolar e a agricultura familiar traz benefícios econômicos e de saúde para toda comunidade, principalmente para os escolares, além de incentivar programas sustentáveis e estruturar a produção local. Países em desenvolvimento estão aderindo a esta estratégia do Brasil, Chile e Escócia, comprando produtos de agricultores locais, com objetivo de aumentar a renda e investir na economia local, além de melhorar a qualidade da alimentação do escolar, introduzindo maior variedade de alimentos *in natura*, considerados de melhor qualidade.

Estudo preliminar realizado pela Organização das Nações Unidas<sup>25</sup> sobre alimentação escolar e a possibilidade da compra



direta da agricultura familiar em oito países da América Latina, demonstra que o PNAE fomenta a permanência dos alunos por mais tempo na escola e maior aprendizagem, além de estimular e desenvolver a agricultura local.

Assim, para os agricultores familiares, o PNAE constitui-se numa oportunidade para a diversificação e escoamento da produção, além da geração de renda e inclusão produtiva de jovens e mulheres<sup>22</sup>.

O Centro de Qualidade em Horticultura da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) realizou aplicação de questionários *on line* em municípios do estado de São Paulo, com o objetivo de caracterizar os procedimentos adotados na inclusão e gestão de frutas e hortaliças nos cardápios da alimentação escolar pelos nutricionistas. Verificou-se dados semelhantes aos deste estudo, visto que as principais frutas adquiridas pela chamada pública foram banana, laranja e limão; e as hortaliças foram alface, couve e mandioca<sup>26</sup>.

## CONCLUSÃO

O vínculo do PNAE com a agricultura familiar beneficiou os escolares com a maior oferta de frutas e hortaliças, porém houve dificuldades na operacionalização como a pouca variedade, logística, qualidade dos alimentos, falta de documentação e preparo dos agricultores para ofertar alimentos da agricultura familiar.

O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, como preconiza a legislação em uma das suas diretrizes do programa de alimentação escolar, ainda apresenta dificuldades relacionadas à gestão dessa atividade. É fundamental que os órgãos públicos responsáveis e normatizadores do PNAE capacitem os gestores públicos (secretários e nutricionistas) e os agricultores familiares, considerando a especificidade da região para que se fortaleça o vínculo da agricultura familiar e o PNAE.

## REFERÊNCIAS

1. ONUBR - Nações Unidas no Brasil. Com 47 milhões de crianças alcançadas, Brasil é referência global em refeições escolares. 2013[acesso 20 ago 2013]. Disponível em: <http://www.onu.org.br/com-47-milhoes-de-criancas-alcancadas-brasil-e-referencia-global-em-refeicoes-escolares/>
2. Santos NN. A intersectorialidade como modelo de gestão das políticas de combate à pobreza no Brasil [dissertação]. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo; 2011.
3. Ministério da Saúde. Ministério da Educação (BR). Portaria Interministerial n° 1.010, de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial União. 9 maio 2006.
4. Brasil. Lei n° 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial União. 17 jun 2009.
5. Brasil. Resolução CD/FNDE n° 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Diário Oficial União. 18 jun 2013.
6. Villar BS, Schwartzman F, Januario BL, Ramos JF. Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Rev Bras Epidemiol. 2013;16(1):223-6. doi:10.1590/S1415-790X2013000100021
7. Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura - FAO. O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: um retrato multidimensional: relatório 2014. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura; 2014[acesso 14 jun 2015]. Disponível em: [https://www.fao.org.br/download/SOFI\\_p.pdf](https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf)
8. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo - IPC-IG, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Demanda estruturada e pequenos agricultores no Brasil: o caso do PAA e o PNAE. Brasília, DF: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo; 2013[acesso 17 nov 2014]. Disponível em: [http://www.ipc-undp.org/pub/port/PAAReportPT\\_Demanda\\_Estruturada\\_e\\_a\\_Agricultura\\_Familiar\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.ipc-undp.org/pub/port/PAAReportPT_Demanda_Estruturada_e_a_Agricultura_Familiar_no_Brasil.pdf)
9. Lefevre F, Lefevre AMC. Pesquisa de representação social: um enfoque qualitativo: a metodologia do discurso sujeito coletivo. 2a ed. Brasília, DF: Lider; 2012.
10. Lefevre F, Lefevre AMC. Discurso do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. Texto Contexto Enferm. 2014;23(2):502-7. doi:10.1590/0104-07072014000000014
11. Flick U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2004.
12. Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo - IPDSC. Qualiquantisoft. São Paulo: Instituto de Pesquisa do Discurso do Sujeito Coletivo; 2001[acesso 20 mar 2013]. Disponível em: <http://www.ipdsc.com.br/scp/qualiquantisoft.php>
13. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa de orçamento familiar 2008-2009: alimentos e consumo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2011[acesso 11 nov 2014]. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008\\_2009\\_enca/pof\\_20082009\\_enca.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008_2009_enca/pof_20082009_enca.pdf)



14. Souza-Esquerdo VF, Bergamasco SMPP. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). *Rev Econ Sociol Rural*. 2014;52(1):205-22. doi:10.1590/S0103-20032014000600011
15. São Paulo (Estado). Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Caracterização socioeconômica de São Paulo: região administrativa de Registro. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional; 2012.
16. Cruz F, Schneider S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. *Rev Bras Agroecol*. 2010;5(2):22-38.
17. Curzi D, Pacca L. Price, quality and trade costs in the food sector. *Food Policy*. 2015;55:147-58. doi:10.1016/j.foodpol.2015.06.007
18. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP; Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL. *Brasil food trends 2020*. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; 2010[acesso 10 dez 2015]. Disponível em: [http://www.brasilfoodtrends.com.br/Brasil\\_Food\\_Trends/](http://www.brasilfoodtrends.com.br/Brasil_Food_Trends/)
19. Grisa C, Schneider S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Rev Econ Sociol Rural*. 2015;52 supl 1:125-46. doi:10.1590/S0103-20032014000600007
20. Saraiva EB, Silva APF, Sousa AA, Cerqueira GF, Chagas CMS, Natacha T. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o programa nacional de alimentação escolar. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2013;18(4):927-36. doi:10.1590/S1413-81232013000400004
21. Sambuichi RHR, Galindo EP, Oliveira MAC, Moura AMM. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: Sambuichi RHR, Silva APM, Oliveira MAC, Savian M, organizadores. Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas. Brasília, DF: IPEA; 2014. p. 75-104.
22. Costa BAL, Junior Amorim PCG, Silva MG. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. *Rev Econ Sociol Rural*. 2015;53(1):109-26. doi:10.1590/1234-56781806-9479005301006
23. Amorim ALB, Rosso VV, Bandoni DH. Acquisition of family farm foods for school meals: analysis of public procurements within rural family farming published by the cities of São Paulo state. *Rev Nutr*. 2016;29(2):297-306. doi:10.1590/1678-98652016000200012
24. World Food Programme - WFP. State of school feeding worldwide 2013. Rome: World Food Programme; 2013[acesso 18 set 2013]. Disponível em: <https://www.wfp.org/content/state-school-feeding-worldwide-2013>
25. Cooperación Brasil-FAO, Fortalecimiento de Programas de Alimentación Escolar en el Marco de La Iniciativa. Alimentación escolar y las posibilidades de compra directa de la agricultura familiar: estudio de caso de ocho países: versión preliminar. Roma: FAO; 2013[acesso 19 set 2013]. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/018/i3413s/i3413s.pdf>
26. Oliveira SL. Caracterização dos procedimentos adotados pelos nutricionistas do para a inclusão de frutas e hortaliças na alimentação escolar. 2013[acesso 25 nov 2013]. Disponível em: <http://www.hortibrasil.org.br/index.php/139-pesquisa/1155-caracterizacao-dos-procedimentos-adotados-pelos-nutricionistas-para-a-inclusao-de-frutas-e-hortalicas-na-alimentacao-escolar>

#### Conflito de Interesse

Os autores informam não haver qualquer potencial conflito de interesse com pares e instituições, políticos ou financeiros deste estudo.



Esta publicação está sob a licença Creative Commons Atribuição 3.0 não Adaptada.

Para ver uma cópia desta licença, visite [http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/deed.pt_BR).